

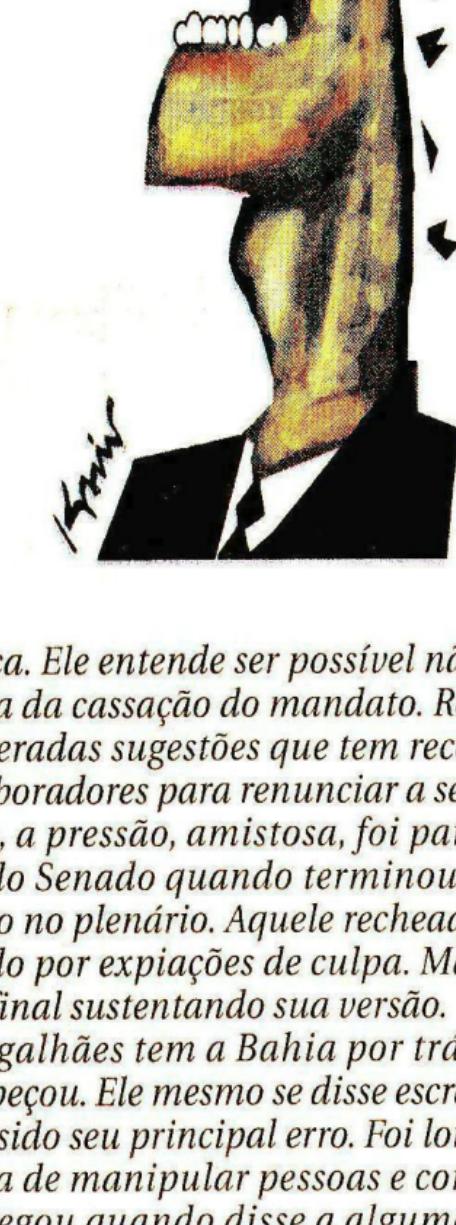
O enredo da novela está claro

São muitos os perigos da vida. Uma palavra mal colocada, uma frase cometida no momento impróprio ou uma vaidade incontida têm o poder de destruir reputações e devastar sólidas carreiras profissionais. A acareação, ontem realizada no Conselho de Ética, mostrou a face má da política. O poderoso Antonio Carlos Magalhães reduzido a condição de quase réu, teve que responder perguntas de correligionários e adversários. Tudo porque no início deste ano falou demais diante dos procuradores da República.

A esta altura não interessa mais saber se ele disse "eu tenho a lista", se mencionou "sei como eles votaram" ou afirmou coisa parecida. O fato é que o procurador Luiz Francisco gravou o diálogo e seus dois colegas o confirmaram no Senado. A partir daí o novo presidente Jader Barbalho abriu a sindicância para apurar se o painel eletrônico do Senado teria sido violado. Os técnicos da Unicamp lacraram o computador e o desmontaram. E confirmaram o ilícito.

Foi um longo caminho até a acareação de ontem. A história é conhecida, embora os depoentes resistam em admiti-la. O presidente do Senado sondou o líder do governo sobre a possibilidade de ter a lista de votação na sessão em que Luiz Estevão fora cassado. Essa relação interessava a Arruda para administrar a questão local. E ajudava a ACM melhorar seus arquivos implacáveis e conversar melhor, olho no olho, com seus colegas nordestinos. Em verdade, a relação dos que votaram sim e não é ouro puro no Distrito Federal e fora dele.

Regina Célia Borges fez seu papel, junto com a turma de técnicos. O envelope pardo foi entregue a Domingos Lamoglia que o passou a Arruda que, por sua vez, o levou pessoalmente ao presidente do Senado. Este, ligou de volta tranquilizando a funcionária. Regina ficou aliviada. A encomenda havia chegado ao destino. A história é simples. Os senadores perceberam o enredo. O espetáculo de ontem foi montado pelos advogados dos acareados. Importa, agora, sustentar a versão pessoal. Cada um cuida de si.



José Roberto Arruda mantém a esperança. Ele entende ser possível não receber a pena máxima da cassação do mandato. Resistiu até agora às reiteradas sugestões que tem recebidos de amigos e colaboradores para renunciar a seu mandato. Na verdade, a pressão, amistosa, foi para que ele se despedisse do Senado quando terminou o discurso-confissão feito no plenário. Aquele recheado de lágrimas e pontuado por expiações de culpa. Mas ele não quer. Vai até o final sustentando sua versão.

Antonio Carlos Magalhães tem a Bahia por trás. Mas o grande líder tropeçou. Ele mesmo se disse escravo do ódio, o que teria sido seu principal erro. Foi longe demais na tentativa de manipular pessoas e controlar os fatos. Escorregou quando disse a algumas pessoas como o senador A e o B votaram na fatídica sessão da cassação de Luiz Estevão. Arruda também pecou por falar demais. Não hesitou em apontar o voto de uns e outros. Mas o senador de Brasília está sem partido. Não dispõe de defensores no teatro da política. Os baianos e o Partido da Frente Liberal, ao contrário, estão fechados com seu líder.

A acareação funcionou muito bem como o grande show da política brasileira. Freqüentou todos os canais de televisão e hoje é assunto obrigatório em quase todos os jornais. Nos da Bahia o assunto é tratado com muito cuidado. O senador Roberto Saturnino diz que entrega o relatório até o próximo dia 10. Agora se inicia o estertor. O Conselho de Ética aprova ou rejeita o documento, que vai para a presidência, depois à Comissão de Constituição e Justiça e, em seguida, deságua no plenário. A frase cometida no momento impróprio abriu a avenida para a supreendente investigação. Os fatos são eloquentes. A questão agora é quem e como punir.